

Aula 19
Iluminismo



Professor: Eduardo Leite

O Iluminismo foi um movimento intelectual que correspondia aos interesses daqueles que desejavam mais liberdade política e econômica – sobretudo a burguesia. Os pensadores iluministas defendiam, além da não intervenção do Estado na economia, a igualdade jurídica entre os homens, a liberdade religiosa e de expressão, dentre outros direitos. Com isso, o Iluminismo abriu caminho para as revoluções que combateram as estruturas do Antigo Regime.

O termo Iluminismo refere-se à razão (luz), a capacidade humana de conhecer, de compreender e de julgar. Apesar das diferenças e até mesmo contradições entre as ideias de muitos pensadores iluministas, o princípio básico que os movia era a confiança na razão como instrumento capaz de promover a crítica das questões que envolviam a sociedade e a natureza.

De modo geral, os pensadores iluministas defendiam a liberdade de expressão, a educação do povo, a igualdade jurídica, a divisão dos poderes do Estado e governos representativos, pois acreditavam que esses eram elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e para a felicidade do ser humano. Veremos a seguir alguns autores iluministas:

John Locke (1632-1704): filósofo inglês considerado o pai do Iluminismo. Em sua principal obra, *Ensaio sobre o entendimento humano*, afirmou que a mente humana é como uma *tábula rasa*, sem nenhuma ideia, e que, portanto, todo o nosso conhecimento é adquirido por meios dos sentidos, e depois, desenvolvido pelo esforço da razão. Locke condenou o absolutismo, defendendo a liberdade dos cidadãos, a tolerância religiosa e a liberdade política.





François Marie Arouet Voltaire (1694-1778):

Destacou-se pelas críticas que fez ao clero católico, à intolerância religiosa e à prepotência dos poderosos. Não defendia a participação da maioria do povo no poder, mas considerava que a monarquia devia respeitar as liberdades individuais. Para ele, o monarca tinha de ser esclarecido, ou seja, aceitar as ideias do iluminismo, e atuar com a assessoria de filósofos e pensadores iluministas.

A garantia da propriedade privada era também um grande pilar do seu pensamento.

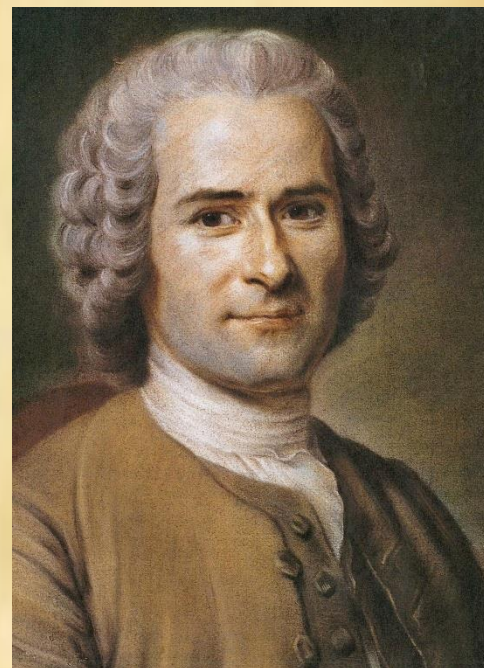
Charles de Secondat Montesquieu (1689-1755): Jurista, defendia a separação dos poderes do Estado em Legislativo, Executivo e Judiciário – poderes que no Antigo Regime estavam concentrados na mesma pessoa, o monarca. Defendia que a separação evitaria abusos de parte dos governantes e protegeria a liberdade individual. Ainda assim, não defendia um governo burguês, sendo suas ideias mais próximas de um liberalismo aristocrático, uma monarquia moderada, como na Inglaterra do período.



Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783): Foram os principais organizadores de uma enciclopédia de 33 volumes, elaborada com o objetivo de resumir os principais conhecimentos da época nos campos artístico, científico e filosófico. A enciclopédia contou com a colaboração de numerosos autores, como Buffon, Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Essa obra exerceu grande influência sobre o pensamento político burguês, pois defendia o racionalismo, a independência do Estado em relação à Igreja e a confiança do progresso humano por meio de realizações científicas. .



Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): É autor de O contrato social, no qual afirmava que o monarca deveria conduzir o Estado de acordo com a vontade de seu povo, pois somente um Estado com bases democráticas teria condições de oferecer igualdade jurídica a todos os cidadãos. Foi um grande inspirador das ideias de Revolução Francesa.

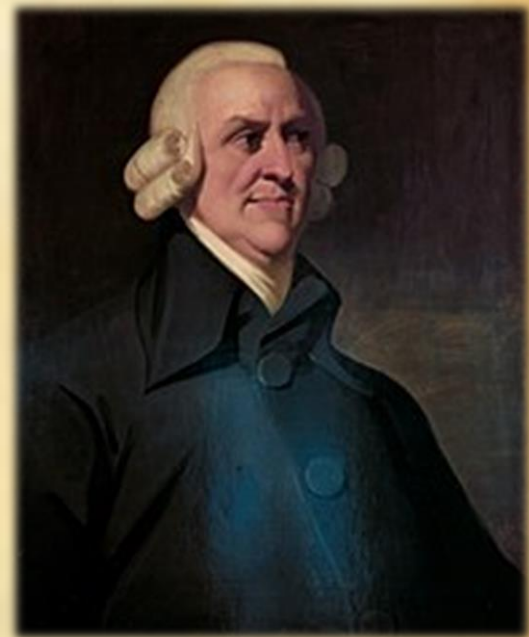




François Quesnay (1694-1774): Um fisiocrata (do grego fis = natureza; cratos = poder; ou seja, poder da natureza), acreditava na implantação de um capitalismo agrário, baseado no aumento da produção agrícola. Para ele, o Estado não deveria interferir na economia, ideia que expressou através do seu lema laissez faire, laissez passer (deixai fazer, deixai passar).

Quesnay dizia que havia um poder natural agindo nas sociedades humanas, sendo inútil contrariá-los com leis, regulamentos ou sistemas.

Adam Smith (1723-1790): Principal expoente do liberalismo econômico. Autor da obra A riqueza das nações, Smith criticou a política mercantilista, por meio da qual o Estado interferia na economia. Ele defendia que a economia deveria ser dirigida pelo livre jogo da oferta e da procura de mercado (laissez faire). Para o autor, o trabalho era a verdadeira fonte de riqueza para as nações, e deveria ser conduzido pela livre iniciativa particular.



O despotismo esclarecido

Na segunda metade do século XVIII, diversos Estados absolutistas tentaram de alguma forma pôr em prática certos princípios do Iluminismo, sem abrir mão do próprio absolutismo. Essa tentativa de conciliar as duas coisas ficou conhecida como despotismo esclarecido ou ainda, absolutismo ilustrado. Com essas experiências, foi mantido o poder do Estado, mas se alterou a concepção de poder monárquico do absolutismo clássico: se no Antigo Regime a vontade do governante se confundia com a vontade do Estado, no despotismo esclarecido o governante se apresenta como o primeiro servidor do Estado. Ou seja, o Estado servia para atender aos interesses de todos os súditos, à felicidade pública, ao bem estar geral. Os déspotas esclarecidos promoveram uma série de reformas públicas, como o incentivo à educação pública e o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária.

Entre os principais déspotas esclarecidos europeus, se destacam:

- Frederico II, da Prússia (1712-1786): aboliu a tortura dos criminosos, construiu diversas escolas de ensino elementar e estimulou o desenvolvimento da indústria e da agricultura.*
- Catarina II, da Rússia (1729-1796): mandou construir escolas e hospitais, modernizou a cidade de São Petersburgo, aprimorou a administração pública e tomou bens e terras da Igreja.*
- José II, da Áustria (1741-1790): reduziu o poder e confiscou as terras da Igreja Católica, promoveu a libertação de numerosos servos e aperfeiçoou o exército, introduzindo o serviço militar obrigatório.*
- José I, de Portugal (1714-1777): seu principal ministro, marquês de Pombal, exerceu a administração do reino como se fosse ele o monarca.*

